

HISTÓRIAS DA EUGENIA

Marília Mezzomo¹
Universidade Federal de Santa Catarina

DIWAN, PIETRA. *Raça Pura*; uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

Na década de 1930, o projeto político para o país incluiu premissas médicas e ideais científicos relativos a trabalho, educação, urbanismo, higiene ou mesmo civismo. Para tanto, casamentos saudáveis eram aconselhados, garantidos por exames pré-nupciais, que serviriam para detectar tanto os portadores de sífilis ou tuberculose, assim como indivíduos “propensos a vícios” como o alcoolismo.

Houve médicos que dedicaram teses à necessidade de geração de uma população bela; para os eugenistas mais radicais, a esterilização traria a certeza de que a miséria não copulasse com a doença, como ilustrou um médico do período.

Explicações e debates sobre a origem das diferentes raças, influência do meio x hereditariedade, doenças x patriotismo ou vantagens da mestiçagem x degeneração dos mestiços se realizaram não apenas nas escolas de medicina e em periódicos especializados, mas foram veiculados por jornais, rádio e almanaques.

Assim, representações do trabalhador saudável e da nação fortalecida foram amalgamadas e hoje são associadas ao varguismo e ao discurso da eugenia, que era o conjunto de idéias médico-científicas que visava à “higiene das raças”, com a garantia de populações aptas ao trabalho, livres de doenças degenerativas, “taras” e vícios. Por conta de sua interferência mais radical, a eugenia foi para sempre associada à “solução final” levada à cabo pelo III Reich.

Certamente que o caráter autoritário do discurso eugênico ficou patente, registrado em textos e através de imagens também. O fato de determinado médico ou intelectual ter defendido ideais eugênicos é dificilmente apartado dessas imagens ou de uma atitude, no mínimo, racista – mesmo que a eugenia tenha sido um *corpus* de premissas da biologia surgido no final do século XIX, na Inglaterra; mesmo que o racismo fosse manifestação já incrustada em grande parte das sociedades ocidentais; mesmo que as fronteiras teóricas da eugenia fossem difusas, móveis e extremamente abrangentes.

Na organização da história da eugenia e nas representações que dela são criadas, diferentes elementos são associados para reforçar o caráter autoritário e os discursos aterradores de seus propagadores, excluindo-se situações que tam-

bém devem ser levadas em conta, para que determinados contextos e ações possam ser melhor compreendidos.

Tomo por exemplo *Raça pura; uma história da eugenia no Brasil e no mundo*², de Pietra Diwan, lançado em setembro de 2007, na introdução do qual ela afirma: “Em relação à pesquisa nacional, o único livro publicado que trata do tema da eugenia reúne excelentes trabalhos de pesquisadores brasileiros organizados pela professora Maria Lucia Boarini.”³

Buscando revelar o que denominou o “palimpsesto que compôs o pensamento do século XIX e que proporcionou a emergência da eugenia”⁴, a autora encadeou as leis de Licurgo em Esparta, que determinavam que “todo espartano varão pertencia ao Estado”; a circuncisão e a importância da “descendência do sangue puro” para os judeus; “a noção de superioridade do povo cristão sobre os muçulmanos em relação à posse da Terra Santa”; o extermínio de populações indígenas nas Américas; as guerras de conquista; os livros de Francis Bacon (*Novum Organum*), Thomas Morus (*Utopia*) e Tommaso Campanella (*A Cidade do Sol*) – que, para a historiadora, construíram modelos de sociedade “dentro de uma concepção homogeneizante”⁵ –, desembocando no *Contrato social* de Rousseau e no *Ensaio sobre as populações*, de Malthus.

Ainda nessa perspectiva, no século XIX, *A origem das espécies* teria afluído diretamente para o darwinismo social e este para o racismo e a eugenia, através de uma aliança entre biologia e sociologia, da qual originar-se-iam a estatística, a psicologia a antropometria e os testes de QI. Para a autora, “seus resultados matemáticos desarticulados, sem objetividade tampouco neutralidade tentaram explicar a vida em sociedade”.⁶ Ela não define os tais resultados articulados e, aparentemente, concebe a ciência como um corpo neutro de conhecimento e práticas. Fica a impressão de que a ciência deveria estar para além da atividade humana, e que apenas darwinistas sociais e eugenistas utilizaram seus referenciais mais caros na atividade científica.

A autora realizou uma excelente pesquisa sobre leis e práticas eugênicas nos Estados Unidos, Dinamarca, Noruega, Finlândia, e sobre a obra do médico brasileiro Renato Kehl, o maior divulgador e defensor da eugenia no Brasil. Porém, na tentativa de relacionar diferentes elementos para a construção de um contexto histórico, ocorre novamente um encadeamento de acontecimentos e idéias de forma linear, por justaposição, quase como para preencher um espaço entre dois períodos. Escrevendo sobre a preocupação dos eugenistas, na década de 1930, quanto ao declínio da imigração europeia para o Brasil, explica a autora:

Mais de 1,5 milhões de imigrantes brancos entraram no país entre 1890 e 1920. Com a entrada dos europeus, vieram também as idéias anarquistas e culturas distintas. A elite brasi-

leira, patriota e disciplinar, apostou nesse projeto de raça e de incremento econômico às lavouras de café. Mais de setecentos mil negros escravos foram alforriados e deixados de lado, sem nenhum tipo de reconhecimento por séculos de trabalho forçado. Os imigrantes europeus não carregavam o estigma preconceituoso de que eram preguiçosos, sujos e indisciplinados tal como os negros e os mulatos. Mas esses imigrantes já conheciam o comunismo, as revoltas e o poder de reivindicação das massas, como as greves que irão acontecer em São Paulo em 1917. O perigo da multidão amotinada chegara ao Brasil.⁷

Parte importante do terceiro capítulo do livro foi dedicada a Monteiro Lobato que, com seu personagem *Jeca Tatu*, legou a representação mais forte do que pensariam os médicos e cientistas em geral acerca do povo brasileiro.

As biografias de Monteiro Lobato revelam o fato de ele ter pertencido à elite agrária brasileira, herdeiro de um passado escravista, assim como vários intelectuais brasileiros com grande visibilidade e forte atuação nas primeiras décadas do século XX; suas primeiras impressões acerca do brasileiro rural datam da década de 1910, quando herdou do avô a fazenda Buquira. Buscando torná-la moderna, organizada e produtiva, o escritor trabalhou e conviveu com os homens que inspirariam o *Jeca Tatu*. Lobato preocupava-se com as doenças, as técnicas agrícolas que exauriam a terra e as superstições nas quais os caboclos acreditavam, motivo, para ele, de atraso. Ao mesmo tempo, indignava-se com a falta de projetos políticos que solucionassem tais mazelas. As palavras que utilizou para descrever o caboclo não diferem muito daquelas escolhidas por Euclides da Cunha para descrever o sertanejo.

Pietra Diwan, por sua vez, concentra-se na amizade entre Lobato e Kehl, manifesta nos prefácios que um fez para obras do outro, reciprocamente. Para a autora de *Raça pura*, Monteiro Lobato passou a entender como “degenerada” a população mestiça (e pobre) do Brasil, graças ao contato que teve com as idéias eugenistas e higienistas – mesmo que, de acordo com ela, Lobato tenha regenerado o *Jeca*, passando a entendê-lo como vítima de seu meio.

Mas, como freqüentemente ocorre quando se trata do discurso médico brasileiro do início do século XX, é como se as idéias difundidas e defendidas fizessem parte de um repertório único ou constituíssem um discurso homogêneo, mesmo que levadas em conta especificidades e até discordâncias entre grupos. Há, também, a idéia de que todos aqueles que mostraram simpatia por qualquer idéia médica ou política do período compactuaram e defenderam idéias autoritárias e racistas.

São inquestionáveis o autoritarismo das práticas eugênicas que foram levadas à cabo, assim como as palavras afetadas de muitos médicos brasileiros que se auto-

representaram como os detentores do saber essencial para a “cura” da nação. Mas há situações em que simpatizantes de determinadas idéias científicas não se encaixam no perfil que algumas pesquisas historiográficas definiram.

Pietra Diwan retratou os eugenistas brasileiros – médicos ou intelectuais que demonstraram alguma simpatia por tais idéias – como aqueles que visavam à limpeza do país, através do “branqueamento pelo cruzamento, o controle de imigração, a regulação dos casamentos, o segregacionismo e a esterilização”.⁸

Mesmo que afirme que houve diferentes entendimentos sobre a eugenia, na eleição de determinadas idéias e na articulação que fez entre as mesmas, é como se a autora partisse da premissa de que houve um perfil único de pessoas que pensaram sobre raça, higiene e a eugenia no Brasil.

Além do mais, entende como necessária a tarefa de revelar quem foram os adeptos do eugenismo; afirma que “ser eugenista não é uma condenação”, mas frisa que “muito intelectuais brasileiros foram eugenistas e há documentos que comprovam tal afirmação (...) Omitir tais informações é preterir o passado”.⁹

Há também algumas conexões ligeiras entre eugenia e a busca atual por cirurgias plásticas, padrões de beleza na publicidade, pesquisa genética, cosméticos, produtos transgênicos e clonagem. Sobre essa, a autora opina, mesmo que lhe faltem conhecimentos específicos para tanto, baseada no senso comum.

Mesmo que não tivesse sido este o objetivo do livro, fica a impressão de uma “condenação” *a priori* de cientistas e intelectuais; não se atenta para o fato de que esses fizeram suas opções em um contexto histórico específico, com suas tensões e contradições próprias; situações hoje aparentemente mais claras e compreensíveis, visto que em retrospecto, mas que na primeira metade do século XX estavam na ordem do dia. Foram temas de debates, reflexões, adesões ou repúdios, e os motivos para tanto devem compreendidos em sua historicidade.

NOTAS

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. E-mail: marilia.mezzomo@gmail.com

² DIWAN, Pietra. *Raça Pura; uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007

³ Idem, p. 17.

⁴ Idem, p. 27

⁵ Id. Ibidem.

⁶ Ibidem, p. 32

⁷ Ibidem, p. 117

⁸ Ibidem, p. 92

⁹ Ibidem, p. 92-3.